

1 ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
2 PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - AGEVAP DO ANO
3 DE DOIS MIL E ONZE, REALIZADA NO DIA QUATRO DE OUTUBRO, NO HOTEL VIVENDAS, EM
4 PENEDO - RJ. Aos quatro dias do mês de outubro de 2011, foi realizada a 5ª Reunião Extraordinária do Conselho
5 de Administração da AGEVAP de 2011, com a presença dos Conselheiros: Sueleide Silva Prado, Paulo Teodoro de
6 Carvalho, Friederich Herms e Juarez de Magalhães; e dos seguintes convidados: Edson Fujita, Hendrik Mansur e
7 Davi Moura (AGEVAP); presidida pela Conselheira Sra. Sueleide Silva Prado, Presidente em exercício do
8 Conselho de Administração; com a seguinte Ordem do Dia: 1) Acompanhamento das despesas do Conselho de
9 Administração; 2) Propostas do seguro de responsabilidade civil; 3) Captação de recurso para pagamento da dívida
10 com o IGAM; 4) Análise da situação atual do quadro de pessoal da AGEVAP, frente ao que foi aprovado pelo
11 Conselho de Administração, anteriormente; 5) Relatório dos contratos de gestão das bacias fluminenses do rio
12 Paraíba do Sul, bacia do Guandu e Transposição; 6) Situação da Agência de Bacia em Minas Gerais; 7) Situação
13 IGAM e BDMG e implicações paralelas; 8) Relatório final da Comissão de Sindicância do caso IGAM; 9) Versão
14 final do Estatuto Social e Regimento Interno da AGEVAP; 10) Processo de renovação do Conselho Fiscal; e 11)
15 Assuntos gerais. A Presidente em exercício do Conselho de Administração, Sra. Sueleide Silva Prado, abriu a
16 reunião, iniciando os trabalhos pela ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, que
17 estava na pauta da 4ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia anterior, e foi
18 transferida para a 5ª Reunião Extraordinária. Foram eleitos e empossados o Sr. Friedrich Herms como Presidente; e
19 a Sra. Sueleide Silva Prado como Presidente substituta. Como o Estatuto da AGEVAP não dispõe sobre o mandato
20 do Presidente, a Sra. Sueleide Silva Prado propôs que fosse de dois anos, assumindo a presidência outro
21 conselheiro, a cada dois anos, rotativamente. Acabou-se por decidir que o mandato do presidente deverá coincidir
22 com o dos conselheiros (quatro anos), porém, como não há definição estatutária e regimental sobre esse item, ficou
23 acordado que o Conselho de Administração terá prerrogativa para alterar o mandato em qualquer tempo.
24 ACOMPANHAMENTO DAS DESPESAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – O Diretor-Executivo da
25 AGEVAP, Sr. Edson Fujita, apresentou o quadro das despesas mensais do Conselho de Administração, de janeiro a
26 agosto de 2011. Conforme aprovado no orçamento AGEVAP/2011, há disponível para as despesas do Conselho de
27 Administração o montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para pagamento de despesas relativas ao jetom e
28 reembolso de despesas dos conselheiros, somado o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o Conselho Fiscal.
29 Até o dia 31 de agosto de 2011, foi desembolsado o valor de R\$ 23.496,24 (vinte e três mil, quatrocentos e noventa
30 e seis reais e vinte e quatro centavos). O saldo disponível para as despesas dos meses de setembro a dezembro/2011
31 é de R\$ 22.443,72 (vinte e dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos). Os Conselheiros
32 consideraram esse saldo suficiente. O Diretor-Executivo da AGEVAP informou que, para 2012, tem disponível R\$
33 58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais), o que foi considerado insuficiente, se for realizada a média de
34 uma reunião por mês. ENCAMINHAMENTO 1- Os Conselheiros sugeriram a seguinte modificação na tabela de
35 desembolso de recursos para pagamento das despesas do Conselho de Administração: mudar a denominação da
36 última coluna (“Disponível”) para “Saldo do mês” e abrir mais uma coluna com o “Saldo Acumulado”.
37 PROPOSTAS DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL – A contratação desse seguro para a diretoria
38 executiva da AGEVAP foi recomendada pelo Conselho de Administração, para resguardar a diretoria em caso de
39 eventual citação judicial. O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho ponderou se não seria excesso de zelo contratar esse
40 seguro. Já os demais Conselheiros consideraram importante sua contratação. Justificando sua posição a favor do
41 seguro, o Sr. Friederich Herms disse que é preciso se precaver, pois a AGEVAP está administrando uma
42 quantidade muito grande de contratos com valores consideráveis, o que acaba despertando a atenção.
43 ENCAMINHAMENTO 2 – O Conselho de Administração aprovou a contratação do seguro de Responsabilidade
44 Civil e recomendou que o Ato Convocatório seja amplamente divulgado, não apenas no site da AGEVAP, mas
45 também no da ANA, do INEA e do IGAM, além de nos grandes jornais de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas
46 Gerais, para se conseguir melhor preço. Devem ser solicitadas três propostas a três seguradoras, no mínimo: deverá
47 ser solicitado o valor do seguro para 12 (doze) meses, três anos e cinco anos. Feito o levantamento de preço para
48 um, três e cinco anos, enviar as informações para os conselheiros, por e-mail, para sua decisão. Com base nos
49 valores, decide-se por quantos anos deverá ser feito o seguro e monta-se o Ato Convocatório. CAPTAÇÃO DE
50 RECURSO PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA COM O IGAM – O Diretor-Executivo da AGEVAP informou
51 que, do montante da dívida com o IGAM, já foram pagas nove parcelas, no valor de, aproximadamente, R\$
52 3.700,00 (três mil e setecentos reais) cada. O total da dívida é de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais), dos
53 quais foram pagos R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), restando R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) a pagar. O
54 recurso para pagamento dessas parcelas foi captado junto a quatro empresas privadas, que estão pagando pela
55 publicação de folheto de propaganda para encartar na revista do CEIVAP, “Pelos Águas do Paraíba”. Segundo o
56 Diretor-Executivo da AGEVAP, há saldo em caixa para pagar mais duas parcelas; e há recurso já garantido para
57 mais três parcelas. ENCAMINHAMENTO 3 – Considerando que há dinheiro em caixa, o Conselho de
58 Administração recomendou que se verifique se é interessante pagar parcelas antecipadas, da dívida com o IGAM,
59 para economizar no reajuste mensal das parcelas. A AGEVAP deve calcular o que é mais vantajoso

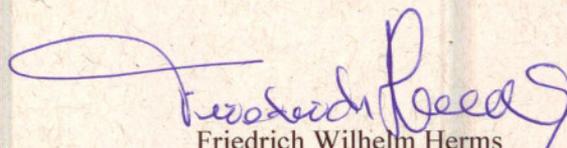
60 financeiramente: o rendimento do dinheiro em caixa aplicado, ou o valor do reajuste que se economiza se a parcela
61 for paga antecipadamente. O Diretor-Executivo informou, também, que está sendo negociada com a agência
62 contratada para o trabalho de comunicação do Comitê do Guandu, a produção de uma revista da AGEVAP, que
63 deve vir a ser uma fonte de recurso próprio, através da publicação de propaganda na revista. Outra sugestão para
64 captação de recurso próprio seria a realização de eventos com patrocinador. No entender do Sr. Paulo Teodoro de
65 Carvalho, a AGEVAP não tinha que pagar essa dívida com o IGAM; em sua opinião, a AGEVAP deveria ir para as
66 barras do tribunal; ou então sentar com a Presidente do IGAM e tentar resolver a questão conversando
67 pessoalmente com ela; ele acha que existe espaço para a discussão política. O Sr. Friederich Herms acredita que a
68 AGEVAP não ganharia a causa na Justiça, por ser a signatária do convênio com o IGAM. De fato, os responsáveis
69 por gastar o dinheiro, sem a devida prestação de contas, são o Consórcio do Rio Pomba e a FUNCEC, que foram
70 contratados pela AGEVAP para executar o serviço objeto do convênio. Mas de direito a responsabilidade é da
71 AGEVAP, com quem o convênio foi firmado. ENCAMINHAMENTO 4 - Considerando que parte do objeto do
72 contrato da AGEVAP com o IGAM foi executada, deve ser analisada, juridicamente, a possibilidade de entrar com
73 processo para consultar a Justiça sobre esse caso; entrando com processo judicial, a AGEVAP passaria a pagar as
74 parcelas da dívida com o IGAM em juízo, até sair a sentença. SITUAÇÃO IGAM E BDMG E IMPLICAÇÕES
75 PARALELAS – A AGEVAP entregou aos Conselheiros a Prestação de Contas do Convênio IGAM-AGEVAP. O
76 Diretor-Executivo fez um breve histórico do desenvolvimento do Convênio. Relatou que houve uma reunião da
77 AGEVAP com o Consórcio do Rio Pomba e a FUNCEC, quando ambos se comprometeram a apresentar a
78 prestação de contas, mas não cumpriram o prometido. O Sr. Friederich Herms pediu informações sobre o
79 andamento da ação judicial movida pela AGEVAP contra o Consórcio e a FUNCEC. O Sr. Davi Moura, assessor
80 jurídico da AGEVAP, informou que a ação está em fase de perícia contábil; a AGEVAP já pagou essa perícia, que
81 custou R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais). O Juiz nomeou um perito. O assessor jurídico disse que tem feito
82 acompanhamento diário do andamento da ação. Ele explicou que, após a perícia, sai a sentença. Na sequência, o
83 Diretor-Executivo da AGEVAP prestou esclarecimentos sobre a situação do Contrato BDMG/FHIDRO-AGEVAP,
84 que tem por objeto a regularização dos usos dos recursos hídricos na porção mineira das bacias dos rios Pomba,
85 Muriaé, Preto e Paraibuna. Informou que a primeira parte do Contrato foi executada. A segunda parte, que consiste
86 em fazer o cadastramento dos usuários em campo, não foi possível executar porque não houve nenhuma empresa
87 interessada em participar do ato licitatório. O desinteresse foi atribuído ao valor a ser pago por esse serviço – R\$
88 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), que foi considerado baixo. A AGEVAP quis romper o Contrato, mas não
89 foi possível. Então, foi solicitado um aporte de recurso, para se chegar a um valor compatível com a meta do
90 contrato, o que também foi negado pelo BDMG. Por fim, foi proposta a adequação da meta ao recurso disponível –
91 foi proposto reduzir o número de cadastros de usuários para 500. Até hoje a AGEVAP está aguardando a resposta a
92 esta proposta. ENCAMINHAMENTO 5 – O Conselho de Administração recomendou que a AGEVAP estude a
93 possibilidade de se cumprir a primeira meta do Contrato com o recurso disponível, fazendo o cadastro através de
94 cruzamento de diversos cadastros, sem precisar ir a campo. O Conselho de Administração recomendou, ainda, que
95 a AGEVAP procure o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, para pô-lo a par da situação e
96 pedir seu apoio; e que seja registrada em ata toda e qualquer reunião sobre contratos em andamento. RELATÓRIO
97 FINAL DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA – Esta Comissão foi constituída para apurar a situação do Convênio
98 da AGEVAP com o IGAM e está trabalhando no caso desde o mês de junho. Integram a Comissão a Sra. Madalena
99 Sofia de Oliveira - Presidente (Prefeitura de Barra do Pirai/RJ), a Sra. Ninon Machado (Instituto Ipanema/RJ) e o
00 Sr. Luiz Augusto Carneiro Azevedo (FIRJAN/RJ). ENCAMINHAMENTO 6 – O Conselho de Administração
01 solicitou que a AGEVAP envie carta à Presidente, cobrando o relatório da análise da Comissão de Sindicância.
02 RELATÓRIO DOS CONTRATOS DE GESTÃO COM O INEA, RELATIVO AOS COMITÊS DAS BACIAS
03 FLUMINENSES DO RIO PARAÍBA DO SUL, GUANDU E TRANSPOSIÇÃO – O Coordenador de Gestão da
04 AGEVAP, Sr. Hendrik Mansur, apresentou o 1º Relatório de Execução do Contrato de Gestão – INEA nº 01/2010-
05 exercício 2010-2011, firmado com a AGEVAP para atuar como agência de bacia dos quatro comitês fluminenses:
06 Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul. Nesse Relatório são apresentados os
07 resultados de cada indicador constante do Plano de Trabalho, o qual estabelece metas a serem cumpridas pela
08 AGEVAP. São estes os indicadores 1- Disponibilização de informações; 2- Planejamento e gestão; 3- Instrumentos
09 de gestão; 4- Gerenciamento Interno; 5- Reconhecimento social. Com relação à avaliação do desempenho da
10 AGEVAP, feita pelos membros dos Comitês, nas ações referentes ao Indicador 1 – Disponibilização de
11 Informações; e ao Indicador 5 – Reconhecimento Social, o Conselheiro Sr. Friedrich Herms disse que é preciso
12 informar quantos membros tem o Comitê que avaliou a AGEVAP, para saber se o resultado da avaliação é
13 representativo. No caso da avaliação pelo Comitê do Médio Paraíba do Sul, o Coordenador de Gestão informou que
14 são 24 (vinte e quatro) membros; e apenas 9 (nove) responderam. O Sr. Friedrich Herms questionou a validade de
15 uma avaliação respondida por um número tão inexpressivo de membros, com relação ao total. Ele sugeriu que o
16 questionários sejam enviados por e-mail, para conseguir que um número maior de membros responda. O
17 Coordenador de Gestão disse que já foi feito isso, mas o número de pessoas que respondeu foi mínimo, menor
18 ainda do que o número de pessoas que costuma comparecer nas reuniões, onde é distribuído o questionário em

19 folha. ENCAMINHAMENTO 7 – O Conselho de Administração solicitou que, em toda a avaliação, seja informado
20 o número total do universo de pessoas que deve avaliar a AGEVAP (e não apenas o número de pessoas que
21 respondeu ao questionário de avaliação). Deve ser montado um quadro geral com a nota final da avaliação da
22 AGEVAP atribuída por cada um dos quatro comitês, separadamente, incluindo a média geral. Foi recomendado,
23 ainda, que a AGEVAP encontre uma forma de conseguir que um número maior de pessoas responda aos
24 questionários de avaliação. ENCAMINHAMENTO 8 - No final do relatório, deve ser incluída uma conclusão da
25 AGEVAP, com um resumo gerencial da execução do Contrato e contendo uma análise da diretoria de como está se
26 desenvolvendo o trabalho da AGEVAP como agência dessas bacias. Foi recomendado, ainda, que os relatórios
27 produzidos pela AGEVAP sejam apresentados para o Conselho de Administração, nas reuniões, de forma
28 resumida, em *power-point*. E o relatório completo deve ser enviado por *e-mail*. O Sr. Paulo Teodoro de Carvalho
29 disse que, antes de analisar o Relatório de Execução, os novos conselheiros precisam conhecer os termos do
30 Contrato de Gestão com cada um dos comitês fluminenses. ENCAMINHAMENTO 9 - A AGEVAP deve enviar
31 aos conselheiros uma cópia do Contrato de Gestão com o INEA relativo aos comitês fluminenses, ao Guandu e à
32 Transposição; e também do Contrato de Gestão com a ANA. Na sequência, o Coordenador de Gestão apresentou o
33 2º Relatório de Progresso do Contrato de Gestão INEA nº 03/2010- CBH Guandu – INEA – AGEVAP, período de
34 março a junho de 2011. A AGEVAP recebeu do Comitê do Guandu a relação de doze projetos aprovados pelo
35 mesmo, sendo que oito estavam sob a responsabilidade de execução do INEA desde 2009. Alguns destes projetos
36 já estão em execução, outros já licitados ou em fase de elaboração de Ato Convocatório ou de Termo Referência;
37 apenas quatro ainda estão em discussão nas Câmaras Técnicas. O Sr. Friedrich Herms e a Sra. Sueldeide Silva Prado
38 questionaram o valor disponibilizado para Comunicação Social – cerca de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil),
39 valor que eles consideraram muito alto, comparativamente com o valor destinado a Comunicação no CEIVAP.
40 ENCAMINHAMENTO 10 - Deverá ser incluída, no final do 2º Relatório de Progresso, uma conclusão final com o
41 resumo gerencial e o parecer da diretoria executiva da AGEVAP sobre as atividades desenvolvidas no âmbito desse
42 Contrato, no período. Os novos conselheiros não tiveram conhecimento do 1º Relatório de Progresso; deve ser
43 enviada uma cópia para eles. Concluindo a discussão sobre esse item da pauta, o Sr. Juarez de Magalhães pediu ao
44 Diretor-Executivo da AGEVAP que manifestasse sua opinião sobre como estão se desenvolvendo os trabalhos da
45 AGEVAP como agência dos Comitês fluminenses. Ele disse que a AGEVAP tem enfrentado alguns problemas,
46 como por exemplo, a grande enchente ocorrida no ano passado, que destruiu a sede do Comitê Rio Dois Rios em
47 Nova Friburgo, e do Comitê Piabanha em Petrópolis. O Coordenador de Gestão disse que os Comitês têm
48 trabalhado muito; todos eles fazem reunião de Câmara Técnica todo mês. Segundo ele, uma das dificuldades
49 enfrentadas pela AGEVAP é a imaturidade e a ansiedade desses comitês novos, com relação a apresentação de
50 resultados; querem resultados imediatos. Ele relatou que o Comitê do Guandu, por exemplo, tinha doze projetos
51 pendentes e, de repente, despejou esses projetos em cima da AGEVAP para implementação. SITUAÇÃO DE
52 AGÊNCIA DE BACIA EM MINAS GERAIS – O Diretor-Executivo da AGEVAP disse que o discurso do IGAM
53 é a favor de que a agência do comitê federal seja também a agência dos comitês estaduais de Minas Gerais; esse é
54 também o discurso da ANA e do CEIVAP. Mas ele adiantou que, concretamente, não há uma posição firmada
55 sobre esse assunto. Segundo o Diretor-Executivo, nunca houve um contato do IGAM com a AGEVAP para tratar
56 desse assunto. O Sr. Friedrich Herms disse que, pelo que se sabe, os comitês mineiros estão colocando uma série de
57 exigências para aceitar a AGEVAP como sua agência. VERSÃO FINAL DO ESTATUTO SOCIAL E DO
58 REGIMENTO INTERNO DA AGEVAP – ENCAMINHAMENTO 11 - O Conselho de Administração solicitou
59 que sejam feitas as seguintes alterações no ESTATUTO SOCIAL, as quais foram aprovadas na última reunião da
60 Assembleia Geral (realizada em 16/08/11), mas não foram consolidadas nessa versão final apresentada para
61 apreciação do Conselho de Administração: 1- Nos incisos I, II e V, do parágrafo 1º do Artigo 3º, acrescentar no
62 final da redação desses incisos a seguinte frase: *na forma disciplinada pelo Conselho de Administração*. 2- No
63 inciso X do Artigo 17, acrescentar “*aquisição de bens*” entre as transações que devem ser submetidas à análise e
64 aprovação do Conselho de Administração, se os valores ultrapassarem o valor limite estabelecido por Resolução do
65 CA. 3- Ainda no Artigo 17, que dispõe sobre as competências do Conselho de Administração, incluir o inciso XI,
66 com a seguinte redação, aprovada na última reunião da Assembleia Geral: *XI- Destituir membros da Diretoria-
67 Executiva, na forma do Regimento Interno*. ENCAMINHAMENTO 12 - Para disciplinar os incisos I, II, III, IV e V
68 do parágrafo 1º do Art. 3º do Estatuto, o Conselho de Administração deverá aprovar uma Resolução estabelecendo
69 as diretrizes para: aquisição de bens, assinatura de contratos e convênios, prestação de serviços aos Associados e
70 não Associados da AGEVAP e assinatura de contratos de financiamento para a execução de suas atividades. Para a
71 próxima reunião do Conselho, a AGEVAP deverá preparar uma minuta dessa Resolução. O Sr. Juarez de
72 Magalhães recomendou que as diretrizes de que trata o Encaminhamento 12 devem ser elaboradas com bom senso
73 e critério, para não dificultar demais as contratações. O Coordenador de Gestão da AGEVAP disse achar
74 complicado estabelecer diretrizes para adquirir bens, ao que o Sr. Friedrich Herms rebateu argumentado que pode-
75 se estabelecer diretriz quanto ao valor dos bens, definindo um preço máximo do bem a ser adquirido, acima do qual
76 é preciso consultar o Conselho de Administração. O Diretor-Executivo informou que, para compra, a AGEVAP já
77 é disciplinada por uma Resolução da ANA. Apesar das ponderações da diretoria executiva, os conselheiros

78 mantiveram a decisão de que sejam estabelecidas diretrizes também para a aquisição de bens. Alterações no
79 REGIMENTO INTERNO: 1- Levando em conta o parecer da assessoria jurídica da AGEVAP, que considerou
80 legal a limitação do número de representação por procuração em reuniões deliberativas, deve ser incluído, no
81 Artigo 14, o inciso IV, dispondo sobre o número máximo de representação por procuração permitido em reuniões
82 da Assembleia Geral da AGEVAP. 2- No inciso X do Artigo 22, acrescentar: (...) e aquisição de bens (...). 3- Ainda
83 no Artigo 22, acrescentar o inciso XI, com a seguinte redação: *XI- destituir membros da Diretoria Executiva, em*
84 *caso de irregularidade*. O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Friedrich Herms, ficou encarregado de
85 fazer a última revisão no Estatuto Social e no Regimento Interno da AGEVAP, em casa, e enviar por *e-mail* para o
86 Diretor-Executivo da AGEVAP, na quinta-feira, dia 6 de outubro. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DO
87 QUADRO DE PESSOAL DA AGEVAP, frente ao que foi aprovado pelo Conselho de Administração
88 anteriormente – O Coordenador de Gestão apresentou o quadro de pessoal da AGEVAP após o último processo
89 seletivo, informando sobre a situação funcional em 31 de agosto de 2011. Ele prestou os seguintes esclarecimentos:
90 os cargos de Coordenador Técnico e Coordenador de Gestão passarão a ser cargos de diretoria; o cargo de Diretor
91 Administrativo Financeiro foi aprovado, mas ainda não foi criado; falta criar mais dois cargos de diretoria: Diretor
92 de Recursos Hídricos e Diretor Institucional. ENCAMINHAMENTO 13 – O Conselho de Administração solicitou
93 que os quadros de pessoal apresentados (da sede e das unidades descentralizadas) sejam refeitos em forma de uma
94 única tabela, desta forma: nas linhas, colocar os cargos; e nas colunas, o local onde está trabalhando o funcionário
95 ocupante de cada cargo. ENCAMINHAMENTO 14 - A AGEVAP deve enviar o organograma geral do quadro
96 funcional da AGEVAP, para os dois conselheiros que estão integrando o Conselho de Administração pela primeira
97 vez: Sr. Paulo Teodoro de Carvalho e Sr. Juarez de Magalhães. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO CONSELHO
98 FISCAL - A composição do Conselho Fiscal deverá ser renovada em abril de 2012, quando termina o mandato da
99 atual composição. Até lá, deverá ser indicado, já, um substituto para o ex-conselheiro Juarez de Magalhães (que
00 agora integra o Conselho de Administração). ENCAMINHAMENTO 15 - Deverá ser convocada uma reunião da
01 Assembleia Geral, até 31 de outubro de 2011, para nomear o substituto do Sr. Juarez de Magalhães no Conselho
02 Fiscal; eleger o substituto do Sr. Sebastião Virgílio no Conselho de Administração (mandato de três anos); aprovar
03 o Orçamento de 2012; e para aprovar o calendário das reuniões ordinárias da Assembleia Geral em 2012. Foi
04 proposto que essa reunião aconteça em São José dos Campos (SP), na mesma data da reunião plenária do CEIVAP
05 (dia 20 de outubro). ASSUNTOS GERAIS – 1) Pensando na dificuldade de se conseguir quorum para as reuniões
06 da Assembleia Geral da AGEVAP e na recomendação do Conselho de Administração de que haja um controle mais
07 rígido de frequência, o Coordenador de Gestão propôs uma reflexão sobre qual o interesse do associado em
08 participar dessas reuniões, e sobre como fazer para motivá-lo. Ele sugeriu algumas medidas, como: enviar material
09 informativo – revista e boletim – também para a diretoria da empresa associada, e não apenas para a pessoa física
10 que representa a empresa na Associação. Ele sugeriu, ainda, como forma de fazer com que a empresa associada se
11 sinta, de fato, parte integrante da AGEVAP, que a diretoria também seja convidada a comparecer, quando houver
12 alguma reunião festiva. 2) Três representantes de ONGS com assento no CEIVAP – uma de cada Estado da Bacia –
13 vão representar o Comitê no 13º Encontro Nacional de Comitês de Bacias, que acontece no final de outubro, em
14 São Luiz do Maranhão. Na opinião do Sr. Juarez de Magalhães, representantes da Assembleia Geral e do Conselho
15 de Administração da AGEVAP deveriam participar desse grande Encontro. O Sr. Friedrich Herms sugeriu que, em
16 2012, a AGEVAP monte um grande estande no Encontro Nacional de Comitês, juntamente com o CEIVAP e com
17 todos os comitês afluentes, expondo painéis sobre a aplicação de recursos na bacia do rio Paraíba do Sul, como
18 forma de mostrar o modelo de gestão participativa que já apresenta resultados. Antes de encerrar a reunião, o
19 Presidente eleito do Conselho de Administração, Sr. Friedrich Herms, tomou a palavra para agradecer a
20 Conselheira Sra. Suelleide Silva Prado, que, segundo ele, “foi uma batalhadora nesse tempo de guerra e de sombra
21 do Conselho de Administração, lutando incansavelmente até conseguir fazer o Conselho voltar a funcionar”.
22 Agradeceu a confiança dos colegas que o colocaram na presidência. E concluiu dizendo que “o Conselho de
23 Administração tem que ser um grande pacto entre os conselheiros entre si e entre os conselheiros e a direção da
24 AGEVAP, em prol da implementação de ações emergenciais”. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu
25 a presença de todos e encerrou a 5ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da AGEVAP de 2011,
26 tendo a presente ata sido lavrada por mim, Virgínia Dias Calaes, secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi
27 assinada pelo Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, Sr. Friedrich Herms, que a presidiu.

28 **Ata aprovada na 4ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da AGEVAP, realizada no**
29 **dia 24 de novembro de 2011, na sede da AGEVAP, em Resende/RJ.**

Penedo, 4 de outubro de 2011



Friedrich Wilhelm Herms

Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP